



ATA DA 137ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – 16 DE JUNHO DE 2026

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se a 137ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), na Avenida Benedito Isaac Pires, nº 35, Parque Dom Henrique, Cotia/SP. O encontro ocorreu de forma presencial, com a participação dos conselheiros e convidados, conforme lista de presença anexa. A presidente do CMDPI, Marcela de Fátima Lino, agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos, apresentando a pauta do dia, composta pelos seguintes itens: 1- Apresentação e deliberação da Ata da 136ª Reunião Ordinária; 2- Devolutiva das Comissões de Trabalho; 3- Fluxo de prestação de contas das doações do Imposto de Renda; 4- Edital para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI); 5- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas; 6- Projeto Cuida com Memória; 7- Caminhada da Pessoa Idosa – constituição de comissão organizadora; 8- Assuntos extra pauta: a) Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. 1- Apresentação e deliberação da Ata da 136ª Reunião Ordinária. A Ata da 136ª Reunião Ordinária foi apresentada à plenária e, não havendo manifestações ou solicitações de alteração, foi aprovada por unanimidade. 2- Devolutiva das Comissões de Trabalho A presidente, na qualidade de integrante da Comissão de Análise de Documentos, apresentou os pareceres emitidos pela comissão. Foi apresentado parecer favorável ao pedido de inscrição da Organização Centro Paulus para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas, sendo a inscrição aprovada pela plenária. Também foi analisada a documentação da ILPI Flores do Éden, tendo sido apontadas adequações a serem realizadas pela instituição. Na sequência, a Conselheira Maria Angélica solicitou a inclusão de pauta referente à vacância de suplências no Conselho. Informou que existem três vagas em aberto na representação da sociedade civil, situação que pode comprometer o quórum deliberativo em caso de ausência dos conselheiros titulares. Após discussão, foi aprovada a criação de comissão responsável pela organização do processo de eleição das vagas remanescentes dos seguintes segmentos: Instituição de atendimento em sistema aberto de defesa dos direitos da pessoa idosa; Associação civil comunitária e Associação de profissionais da área da pessoa idosa. A comissão ficou composta pelos seguintes membros: Maria Angélica Gomes Balanco, Wanderson Matheus da Silva Santos, Marcela de Fátima Lino e Sergio Uyehara. Durante a reunião, participaram pessoas idosas que apresentaram demandas relacionadas à demora na realização de consultas e exames especializados, bem como dificuldades de deslocamento para atendimento em municípios distintos de Cotia. As demandas foram acolhidas pela presidente e os participantes foram orientados e encaminhados para atendimento junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **3- Fluxo de prestação de contas das doações do Imposto de Renda. A**



presidente informou a necessidade de constituição de comissão específica para análise das prestações de contas das organizações contempladas com recursos provenientes de doações ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa. A comissão foi aprovada com a seguinte composição: Wanderson Matheus da Silva Santos; Marcelo Nicolini Teixeira, Inês Gomes de Oliveira e Renata da Silva Paredes Pereira. 4. Edital para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Foi informado pela gestão municipal que o edital de chamamento público para credenciamento de instituições aptas à oferta de vagas sociais em acolhimento institucional encontrava-se em fase final de elaboração, com previsão de publicação até o dia 19 de junho de 2026. A proposta apresentada previa a oferta de: 10 vagas para idosos classificados nos Graus I e II de dependência, com valor per capita de R\$ 4.900,00 e 10 vagas para idosos classificados no Grau III de dependência, com valor per capita de R\$ 5.600,00. O investimento total previsto seria de R\$ 105.000,00 mensais. Durante o debate, diversos conselheiros destacaram que a necessidade de ampliação das vagas já vinha sendo discutida há meses e que a publicação do edital era medida urgente para fortalecimento da rede socioassistencial voltada à pessoa idosa. A gestão municipal assumiu formalmente o compromisso de publicação do edital até a sexta-feira da mesma semana, constando tal compromisso em ata. 5- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas. Foi amplamente debatida a responsabilidade compartilhada entre as políticas públicas no atendimento à pessoa idosa, ressaltando-se que o acolhimento institucional não deve ser compreendido como responsabilidade exclusiva da Assistência Social. Os participantes destacaram a necessidade de fortalecimento da articulação entre as políticas de Assistência Social, Saúde e demais áreas envolvidas, especialmente diante de casos relacionados à saúde mental, cuidados paliativos e alta complexidade. Foi enfatizado que o reordenamento dos serviços não significa a extinção das instituições existentes, mas sua adequação às normativas da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, especialmente quanto à capacidade de atendimento e garantia de direitos dos usuários. Também foi ressaltada a importância da realização de avaliações periódicas das situações de acolhimento, visando verificar a possibilidade de reintegração familiar e comunitária sempre que possível. Os participantes compartilharam experiências relacionadas à realidade vivenciada nas instituições de acolhimento, destacando situações de abandono familiar, sofrimento emocional dos idosos acolhidos e a importância do trabalho das equipes técnicas para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Foi discutida ainda a insuficiência de vagas sociais no município. Informou-se que, atualmente, apenas duas instituições ofertam vagas sociais: Lar Xavier e Recanto da Vovó. Foi apresentado o cenário atual do Recanto da Vovó: 26 idosos acolhidos classificados como Grau III e 15 idosos acolhidos classificados nos Graus I e II. Informou-se ainda que havia novas demandas aguardando acolhimento, inclusive oriundas da UPA, Hospital Regional e demais serviços da rede. A Conselheira Maria Angélica destacou que muitos casos encaminhados para acolhimento institucional envolvem situações de saúde mental ou



psiquiatria que, em determinados casos, deveriam ser atendidas prioritariamente pela política de saúde. Foi informado que o Ministério Público já havia sido acionado e que existia prazo para apresentação de solução pelo município. Também foi discutida e apresentada pela presidente a necessidade de ampliação da rede de atendimento por meio de novos serviços, tais como: Centros-Dia; Centros de Convivência e Programas preventivos voltados ao envelhecimento saudável. Os participantes destacaram que a população idosa do município está em constante crescimento e que os serviços preventivos podem reduzir a necessidade futura de institucionalização. Com relação a deliberação sobre o aditamento foi incluída em pauta a solicitação de aditamento emergencial para ampliação temporária de cinco vagas destinadas a idosos classificados como Grau III de dependência. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social informou que o CREAS é a porta de entrada dos serviços de acolhimento institucional e responsável pela avaliação e triagem dos casos. A equipe técnica esclareceu que os casos apresentados envolviam idosos com elevado grau de dependência, demandando acompanhamento contínuo e cuidados intensivos. Foi informado que, mesmo após a publicação do edital, o processo de formalização de nova parceria poderá demandar aproximadamente 45 a 50 dias, razão pela qual os usuários atualmente identificados permaneceriam sem atendimento adequado caso não fosse adotada medida emergencial. Argumentos favoráveis à aprovação: existência de demanda imediata de idosos aguardando acolhimento e necessidade de garantir proteção social enquanto o edital não é concluído. Argumentos contrários: Possibilidade de perpetuação de medidas emergenciais em detrimento da implementação de política pública estruturada e necessidade de priorização do edital e do reordenamento dos serviços; ampliar mais 05 vagas em uma Instituição que já está lotada; A presidente manifestou preocupação com a ampliação de vagas em instituição que já ultrapassa os parâmetros previstos na tipificação nacional, ressaltando a importância da abertura imediata do edital. Foram explicados aos presentes os parâmetros que definem os graus de dependência I, II e III. Existem casos de pessoas idosas em acolhimentos que evoluem dentro das ILPIs. Também foi mencionada a atuação dos serviços de hospice e cuidados paliativos, articulados com a rede de saúde. Em seguida, foi relatado um caso recente envolvendo o acolhimento de uma usuária de 22 anos que veio a óbito na UPA, cuja condução demandou articulação entre as equipes da Saúde e da Assistência Social. Também foi discutido o caso de uma pessoa com transtorno psiquiátrico acolhida em Residência Inclusiva, embora se tenha avaliado que a demanda era predominantemente da área da Saúde. Foram apresentados outros exemplos semelhantes e ressaltado que, após a Reforma Psiquiátrica, os CAPS passaram a desempenhar papel fundamental na atenção à saúde mental, porém nem sempre conseguem atender toda a demanda existente. Nesse contexto, destacou-se a preocupação de que muitas situações estejam sendo tratadas de forma paliativa, sem a construção de políticas públicas efetivas. Foi ainda apontado que alguns casos acabam sendo encaminhados para a Assistência Social, embora se refiram a demandas de saúde, o que pode resultar



em violações de direitos dos usuários. Encerradas as manifestações, a proposta de aditamento de cinco vagas para usuários classificados como Grau III foi colocada em votação, resultado: favoráveis: 5 votos e contrários: 2 votos presidente e representante da secretaria de educação). A proposta foi aprovada pela maioria dos presentes. Ficou registrado ainda o compromisso da gestão municipal de realizar estudo e acompanhamento do processo de reordenamento institucional em conjunto com o CREAS, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a instituição Recanto da Vovó. **6- Projeto Cuida com Memória.** Em razão do tempo disponível e da extensão dos debates anteriores, ficou deliberado que o Projeto Cuida com Memória será retomado na próxima reunião ordinária do CMDPI. **7-Caminhada da Pessoa Idosa** Foi discutida a organização da Caminhada da Pessoa Idosa, prevista para ocorrer no mês de outubro de 2026. Foi aprovada a constituição de comissão organizadora com as seguintes atribuições: Definição do trajeto; Articulação com as secretarias municipais envolvidas; Planejamento da estrutura do evento; Avaliação e proposição de melhorias em relação às edições anteriores; demais providências necessárias à realização do evento. A comissão ficou composta pelos seguintes membros: Renata da Silva Paredes Pereira; Marcela de Fátima Lino; Marcelo Nicolini Teixeira; Maria Angélica Gomes Balanco e Rosenildo Alves Cruz. Convidados: Darlene Pires; Maria Fernanda dos Santos e Jenilon Lemos. **8-Assuntos Extrapauta.** Foi sugerido que conselheiros e membros de comissões realizem visitas periódicas às instituições de acolhimento, inclusive em períodos noturnos, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a realidade vivenciada pelas pessoas idosas acolhidas. O Conselheiro Sergio dividiu com a plenária sobre as Instituições de longa permanência, onde os moradores alegam questões de zoneamento, trânsito e impacto na vizinhança, na região da Lapa, trouxe o assunto para ciência da plenária. Disse que existe um movimento em função disso. Representantes das Instituições presente relataram a vivência dos idosos em suas entidades, bem como sobre os vínculos familiares. Foi registrado o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado em 15 de junho, destacando-se a importância da mobilização social para prevenção, identificação e enfrentamento de todas as formas de violência contra a população idosa. Sobre as denúncias recebidas no município e encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pela Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.

Marcela de Fátima Lino
Presidente do CMDPI

Renata da Silva Paredes Pereira
Secretária do CMDPI